



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)
ADMINISTRADOR**

4 de dezembro de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **40 QUESTÕES OBJETIVAS**, sendo Conhecimentos Básicos - **8** de Língua Portuguesa, **4** de Informática e **8** de Administração Pública; **20** de Conhecimentos Específicos; e a **REDAÇÃO**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**.
- 3 A prova de Redação valerá **10 pontos** e consistirá na elaboração de texto escrito com, **no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, trinta (30) linhas**, com letra legível, em que serão avaliadas: fidelidade ao tema, objetividade, clareza, sequência lógica de pensamento e utilização correta das normas gramaticais.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no **CARTÃO-RESPOSTA** e na **FOLHA DE REDAÇÃO**. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 6 A marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e a transcrição do texto definitivo para a **FOLHA DE REDAÇÃO** devem ser feitas com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul** confeccionada em material transparente.
- 7 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta e a Folha de Redação somente serão substituídos caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão e na folha não corresponderem aos seus.
- 8 A **FOLHA DE REDAÇÃO** não deverá ser assinada, rubricada, nem conter, dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.
- 9 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** serão os únicos documentos considerados para a correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item **2** acima e assine a **LISTA DE PRESENÇA**. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Santarém/PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito **1 (uma) hora** além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os **30 minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **BOLETIM DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 40.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

A SOCIEDADE PÓS-MORALISTA

1 “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos”. Uma
2 denúncia da decadência social, feita por um pensador contemporâneo – Gilles Lipovetsky.

3 Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos
4 preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação
5 mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade
6 intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam
7 eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. E como a cultura do cotidiano não é
8 mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos
9 direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa
10 que seja extrínseca a nós. As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não
11 propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem
12 obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de
13 gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.

14 Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico,
15 somando-se à já prolífera família lexical dos chamados “pós”. Entretanto, que denominação caberia a um
16 gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do “é preciso”, que difunde
17 muito mais as normas do bem-estar que as imposições supremas do ideal, que metamorfoseia a iniciativa
18 moral em entretenimento ou informação comercial? Como designar uma cultura de promoção dos direitos
19 subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre
20 apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente? Sociedade pós-moralista:
21 assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente,
22 consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade... É uma
23 sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento
24 integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética. Eis a razão pela
25 qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-
26 moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a
27 si mesmo. Nenhuma aceitação do dever heroico, mas reconciliação entre coração e festa, entre a virtude e
28 o interesse, entre os imperativos do futuro e a qualidade de vida do presente. Longe de representar uma
29 oposição frontal à cultura individualista pós-moralista, o impacto ético constitui uma de suas mais típicas
30 manifestações... Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever
31 é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que os
32 direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são
33 encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das
34 mídias.

(http://www.nacionalismo.com.br/artigos/sociedade_pos_moralista.pdf). Texto com adaptações.

Glossário:

Hiperbóreos: Segundo a mitologia grega, **hiperbóreos** são povos que habitam o extremo norte da Europa e da Ásia em um território inalcançável, onde não há doenças nem guerras, e levam uma vida perfeita sem a ajuda dos deuses, sendo visitados somente durante o inverno por Apolo.

Edulcorado: adoçado; abrandado; suavizado.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

1 O texto “A Sociedade Pós-moralista” não afirma que a ética deixou de existir nas sociedades, mas sim que há o seu enfraquecimento. Essa ideia pode ser identificada em várias passagens do texto, com EXCEÇÃO da que se transcreve em

- (A) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (B) “As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não propriamente à maneira de algo ‘sem fé nem lei’, mas segundo uma ética tênue e minimalista, ‘sem obrigações nem sanções’.” (10 a 12)
- (C) “Sociedade pós-moralista: assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade.” (20 a 22)
- (D) “É uma sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética.” (22 a 24)
- (E) “Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social (...)” (30 a 31)

2 Considere o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista”. (3 a 6)

Com base nessa reflexão do texto, entende-se que uma sociedade que observa os preceitos superiores é, em síntese, aquela na qual

- (A) a vida política é verdadeiramente democrática, por permitir a igualdade de partilha dos bens sociais de acordo com as necessidades de cada um.
- (B) se combatem todas as manifestações contrárias ao respeito que se deve ao cidadão, independentemente de sua etnia, condição social, religião.
- (C) os princípios éticos/morais regem as instituições políticas, como instâncias que devem fazer valer a vontade e o interesse coletivo, bem como regem a conduta de cada sujeito social.
- (D) se instala uma democracia efetivamente participativa, em vista do direito que o cidadão tem à escolha de seus governantes e representantes.
- (E) há a renúncia dos cidadãos a aspirações de ordem pessoal, à felicidade individual em favor de uma vida menos materialista e mais religiosa.

3 Ainda sobre o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista” (3 a 6), é correto afirmar que o verbo na primeira pessoa do plural (“estamos”) se refere

- (A) às sociedades em geral.
- (B) aos guardiães dos costumes morais.
- (C) aos idealizadores de um novo regime político.
- (D) aos pensadores que comungam com o autor a concepção de uma sociedade Pós-moralista.
- (E) ao autor e demais cidadãos participantes de uma sociedade distanciada de preceitos ético-morais.

4 Para mostrar figurativamente os traços da sociedade Pós-moralista, o autor utiliza a **linguagem conotativa** em

- (A) “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos.” (1)
- (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (C) “O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.” (12 e 13)
- (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’.” (14 e 15)
- (E) “Eis a razão pela qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a si mesmo.” (24 a 27)

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 5 Das relações de ideias estabelecidas no texto, expressa-se uma **relação de causa e consequência** no trecho
- (A) “Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação (...)” (3 e 4)
 - (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
 - (C) “E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós.” (7 a 10)
 - (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a um gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’ (...)?” (14 a 16)
 - (E) “Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente?” (18 a 20)
- 6 Nas alternativas abaixo, apresentam-se paráfrases de partes do texto “A Sociedade Pós-moralista”. Identifique a que está de acordo com as regras de **concordância** e/ou **regência** da gramática da norma culta.
- (A) Tornou-se inútil, em nossas sociedades, todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. Ou seja, estamos diante do que se chama sociedade Pós-moralista.
 - (B) E porque a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que nos sejam extrínseca.
 - (C) As democracias (...) passaram a organizarem-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna propiciou à eclosão de sociedades pós-moralistas.
 - (D) Provavelmente haverão aqueles que poderão manifestarem perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a certas sociedades que, só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’.
 - (E) Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora sempre apareçam os princípios da ética, a referência aos imperativos de sacrifício nenhuma vez esteja presente?

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 7 A linguagem dos textos técnicos e comunicações oficiais deve apresentar um estilo caracterizado por qualidades como adequação, clareza, coesão, coerência, concisão, precisão, objetividade, polidez. Considere a redação do texto abaixo, um exemplar do gênero “Aviso”:

A Sua Excelência o Senhor
[Nome e cargo]

Local e data

Assunto: **Seminário sobre uso de energia no setor público**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência, com muita honra, pelo orgulho que é realizar um evento como este, a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional de Uso Eficiente de Energia no Setor, a ser realizado em 5 de novembro próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública, localizada no Setor de Indústrias, zona sul, nesta capital.

O Seminário, que primou pela excelência de organização, inclui-se nas atividades do *Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos*, instituído pelo Decreto nº XXX, de 20 de outubro de 1995.

Atenciosamente,

[nome e cargo do signatário]

Esse documento **Não atende** aos requisitos exigidos na comunicação oficial quanto à

- (A) concisão.
 - (B) polidez.
 - (C) coerência.
 - (D) correção gramatical.
 - (E) adequação de tratamento.
- 8 Em textos da comunicação oficial não cabem construções de sentido ambíguo. Esse preceito **Não** foi observado na redação do seguinte trecho de documento:
- (A) Senhor Ministro,
Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de seu projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste. (Ofício)
 - (B) Senhor Deputado,
Informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa). (Ofício)
 - (C) Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Comunico a Vossa Excelência o recebimento das Mensagens SM nº 106 a 110, de 1991, nas quais se informa a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 93 a 97, de 1991, relativos à exploração de serviços de radiodifusão. (Mensagem)
 - (D) Sr. Governador,
Cumprir-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que as detenções dos estrangeiros expulsos, ou com processo de expulsão, não devem ultrapassar o prazo de noventa dias, a contar da data em que foi autorizada a detenção. (Ofício)
 - (E) Ao Senhor (nome e/ou cargo)
Assunto: Aquisição de Equipamentos de Informática
Nos termos do plano de estratégia estabelecido na reunião mensal de julho deste ano, solicitamos a Vossa Senhoria a tomada de orçamentos para aquisição dos novos equipamentos de informática para o departamento de Recursos Humanos. (Memorando)

INFORMÁTICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

9 Considere as seguintes afirmativas.

- I Em computação, o termo *phishing* é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir informações confidenciais de pessoas ou empresas através de mensagens falsas.
- II O *worm* é um código malicioso capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre computadores.
- III Os *firewalls* podem se apresentar sob duas formas: *software* e *hardware*. A primeira são programas que o usuário instala na máquina para realizar o controle das conexões, tanto as que entram, como as que saem. Já sob a forma de *hardware*, são equipamentos específicos que reforçam a segurança de uma rede.
- IV Um *cookie* é um pacote de dados enviados de um *website* para o navegador do usuário quando o usuário visita o *site*. Cada vez que o usuário visita o *site* novamente, o navegador envia o *cookie* de volta para o servidor para notificar atividades prévias do usuário.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

10 São exemplos de protocolos padrão da Internet para recebimento e envio de e-mails

- (A) SMTP e HTTP.
- (B) IMAP e DNS.
- (C) ARP e NAT.
- (D) POP e SMTP.
- (E) POP e SMAIL.

11 Considere a planilha produzida no Microsoft Office Excel 2013 (configuração padrão).

	A	B	C
1	Valor da propriedade	Comissão	Total
2	100	7	
3	200	14	
4	300	21	
5	400	28	

Acerca da tabela acima, analise as afirmativas a seguir.

- I Se na célula C2 for inserida a fórmula =SOMASE(A2:A5;">150";B2:B5), o resultado será 63.
- II Se na célula C3 for inserida a fórmula =SE(A2>A3;B2;B3), o resultado será 7.
- III Se na célula C4 for inserida a fórmula =SOMA(A4:B5), o resultado será 749.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 12 Com relação aos procedimentos de *backup* é **incorreto** afirmar que
- (A) para a implementação do *backup*, deve-se levar em consideração a importância da informação, o nível de classificação utilizado, sua periodicidade de atualização e também sua volatilidade.
 - (B) durante o processo de *backup* deve-se determinar o nível de proteção a ser dado à determinada informação. Essa avaliação poderá então ser usada para determinar se um controle criptográfico é apropriado e qual tipo deve ser aplicado.
 - (C) dentre os principais itens a serem considerados em uma política para realização de *backup* está a execução de testes nas mídias que armazenam os *backups* para assegurar que os mantidos em ambiente interno e/ou externo estejam seguros e em perfeito estado para serem utilizados.
 - (D) volatilidade da informação é o período de tempo no qual a informação permanece atual e utilizada. Por exemplo, para os dados que não sofrerem alteração pelo período de trinta dias, somente será necessária a realização de um novo *backup* no trigésimo primeiro dia, conseqüentemente, sua retenção programada poderá ser para trinta dias.
 - (E) além dos *backups* realizados por empresas terceiras, como, por exemplo, provedores de *sites* de contingência, deve-se produzir uma cópia adicional de segurança dos *backups* considerados mais críticos para ser armazenada nas instalações da organização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 13 O decreto nº 5.378/2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, define no Artigo 5º que a participação dos órgãos e entidades da administração pública no GESPÚBLICA dar-se-á mediante
- (A) adesão ou convocação.
 - (B) negociação ou acordo.
 - (C) habilidade de ouvir.
 - (D) reunião de reforço.
 - (E) avaliação de papéis.
- 14 Ainda com relação ao decreto nº 5.378/2005, no Artigo 3º, inciso III, consta que o Programa GESPÚBLICA deverá orientar e capacitar os órgãos e entidades da administração pública para a implantação de ciclos contínuos de avaliação e de
- (A) determinação de padrões de qualidade.
 - (B) análise dos custos internos.
 - (C) melhoria da gestão.
 - (D) simplificação de rotinas.
 - (E) determinação de normas.
- 15 O Decreto nº 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, define alguns conceitos como os citados no Artigo 3º, inciso IX, entre os quais o do processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente definidos e expressos em uma matriz, visando ao desenvolvimento institucional denominado
- (A) matriz de alocação de cargos.
 - (B) alocação de cargos.
 - (C) equipe de trabalho.
 - (D) avaliação de desempenho.
 - (E) processo de trabalho.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 16 A lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece no parágrafo 1º, Artigo XXIV, que o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter: I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o III que se denomina
- (A) Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada.
 - (B) Programa de Proposta Integradora dos Níveis Hierárquicos.
 - (C) Desenvolvimento de um Plano Institucional Estratégico.
 - (D) Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (E) Programa de Definição de Fatores Críticos de Sucesso.
- 17 A Lei nº 11.091/2005 apresenta, em seu Capítulo II, Artigo 3º, inciso VII, como princípios e diretrizes, o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais. Essa vinculação é fundamental, pois as instituições precisam oferecer programas de capacitação e desenvolvimento que estejam diretamente relacionados aos propósitos organizacionais, atendendo ao desenvolvimento das competências de seus colaboradores de forma sustentável e contínua, como também à
- (A) melhoria dos processos de trabalho.
 - (B) formação da estrutura organizacional.
 - (C) especialização do pessoal de linha.
 - (D) dinamização das delegações de chefia.
 - (E) valorização das chefias estratégicas.
- 18 A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, estabelece, em seu Artigo 2º, que A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e
- (A) centralidade.
 - (B) flexibilidade.
 - (C) vulnerabilidade.
 - (D) aplicabilidade.
 - (E) anualidade.
- 19 Um processo de aprendizagem nunca está acabado, daí a necessidade de as instituições promoverem a formação continuada dos servidores, com vistas a agregar novos conhecimentos aos já existentes, em função das mudanças no próprio conhecimento, nas tecnologias e no mundo do trabalho. O Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, estabelece orientações, com aprofundamento e avanço na formação dos servidores, quando define em suas Diretrizes, Artigo 3º, inciso V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional. Esse aprimoramento retorna ao próprio servidor e à instituição na qual ele trabalha, sob a forma de satisfação, motivação, conhecimento, maior produtividade e
- (A) otimização dos serviços.
 - (B) mudanças no cronograma dos projetos.
 - (C) burocracia dos serviços.
 - (D) manutenção das rotinas de trabalho.
 - (E) negociações adiadas.
- 20 A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considera, no parágrafo 2º do Artigo 1º, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica como sendo um (uma)
- (A) grupo.
 - (B) entidade.
 - (C) assessoria.
 - (D) autoridade.
 - (E) órgão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Quando se analisa uma instituição procura-se interpretá-la como um sistema aberto funcionando em um ambiente turbulento, influenciando-o, e sendo por ele influenciada, recebendo recursos externos, processando-os por meio das funções de planejamento, organização, liderança e controle e tendo como produto um desempenho organizacional
- (A) complexo, de produção em série e efetivo.
(B) eficiente, de produção unitária e eliminação de desperdício.
(C) eficaz, com qualidade planejada e estrutura matricial implantada.
(D) complexo, com qualidade planejada e eliminação de desperdício.
(E) eficiente, eficaz e efetivo.
- 22 O desempenho de qualquer papel gerencial, na alta administração, na gerência intermediária, ou em um grupo autogerido de trabalho, depende de habilidades. Habilidades são competências que determinam o grau de sucesso ou eficácia do gerente no cargo e da instituição. A habilidade de pensar em termos de modelos, estruturas e amplas interligações, tais como planos a longo prazo, que assume importância nos cargos gerenciais mais altos, que lida com ideias, é considerada habilidade
- (A) humana.
(B) técnica.
(C) flexível.
(D) processual.
(E) conceitual.
- 23 O estudo e a compreensão sobre papéis gerenciais são importantes para o Administrador, pois ao se observar e analisar as ligações de um gerente em um ambiente institucional pode-se ver que não são pessoas, em sentido absoluto, que estão interligadas, mas sim pessoas desempenhando determinados papéis. Entre esses papéis estão os papéis de decisão, que envolvem a resolução de problemas e a tomada de decisões, relacionadas com papel de empreendedores, gerenciadores de turbulências, alocadores de recursos e
- (A) monitores.
(B) negociadores.
(C) porta-vozes.
(D) figuras de proa.
(E) disseminadores.
- 24 O desenvolvimento organizacional é definido como mudança organizacional planejada e mudança organizacional como um conjunto de alterações no ambiente de trabalho de uma instituição. Consideram-se os principais tipos de alterações que caracterizam o desenvolvimento as alterações
- (A) estruturais e as comportamentais.
(B) integrais e as diferenciadas.
(C) mecânicas e as orgânicas.
(D) gerais e as específicas.
(E) sistêmicas e contingenciais.
- 25 Sabe-se por meio de referências em livros, pesquisas, aulas expositivas, seminários e outros eventos, que em uma primeira abordagem os estudos de desenvolvimento organizacional não surgiram para cuidar da permanência do sistema organizacional, e sim para aumentar o nível de satisfação dos indivíduos, tornando-os mais motivados para o trabalho e aumentando-lhes a eficiência pessoal. Em uma segunda abordagem os estudos visam mudar a própria organização, quer entendida como instituição, quer vista como estrutura, quer olhada como processo. A terceira maneira de as organizações se desenvolverem é extremamente atual, pois se está envolto em grandes incertezas e tem a ver com o
- (A) recurso.
(B) conhecimento.
(C) ambiente.
(D) tempo.
(E) crescimento.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 26 Cada empresa tem uma espécie de personalidade coletiva que se traduz na forma como as pessoas se relacionam e como se confraternizam, na maneira como são tomadas as decisões, nos critérios mais valorizados para a progressão de carreiras e no jargão ou linguagem utilizados pelos indivíduos. Esse estilo é a exteriorização da cultura de uma empresa, cuja leitura também pode ser obtida através da observação da arquitetura dos seus prédios, de sua tecnologia de gestão e de processos, do estilo de vestuário predominante na empresa, do visual e do layout dos seus diferentes setores e unidades, dos seus símbolos – como logomarca e outros e dos diversos artefatos materiais, produtos e serviços criados pela empresa. Na organização pública, as questões não se colocam de forma tão diferente, porém a solidez deste processo é mais efetiva e quanto maior a solidez desta estrutura mais difícil de ser construído(a) torna-se o(a)
- (A) dependência ambiental.
(B) análise contingencial.
(C) equilíbrio interno.
(D) modelo social.
(E) processo de mudança.
- 27 O clima organizacional é formado pelo somatório de influência de diferentes fatores, como salário, sorrisos do chefe, relacionamento com colegas, atendimento médico, comunicação, condições de trabalho, reconhecimento (ou falta dele), e outros tantos, sobre o dia a dia das pessoas. O conceito de clima organizacional evoluiu para o conceito de
- (A) qualidade de vida no trabalho.
(B) ambiente tarefa das instituições.
(C) gerência de processo institucional.
(D) modelo de atribuições institucionais.
(E) metodologia de resolução de problemas.
- 28 O ciclo PDCA, ou seja, planejar, executar, comparar o executado com o planejado e agir sobre as diferenças, é um ciclo de controle que pode ser dividido em seis categorias: determinar objetivos e as metas que lhes correspondem; determinar métodos para alcançar objetivos; engajar a força do trabalho em educação e treinamento; implementar o trabalho; checar o efeito da implementação e
- (A) analisar a situação atual e desejada.
(B) verificar o conteúdo do Plano de Ação.
(C) tomar a ação adequada sobre as diferenças.
(D) analisar o campo de forças da tomada de decisão.
(E) definir as ações das forças positivas.
- 29 Considerando-se as ferramentas modernas de gestão, há uma que apresenta a capacidade de fornecer um referencial de análise estratégica organizacional em busca da criação de valor para a instituição sob as perspectivas financeiras, dos processos internos, dos clientes e do aprendizado/crescimento das pessoas. A ferramenta chama-se Balanced Scorecard (BSC). Essas perspectivas, se bem trabalhadas, criam possibilidades de desenvolvimento de condições para
- (A) mudança, inovação e crescimento organizacional.
(B) mudança, definição de normas e desenho organizacional.
(C) delegação de autoridade, definição das chefias de linha e crescimento organizacional.
(D) inovação, delegação de autoridade e desenho organizacional.
(E) definição das chefias de linha, definição de normas e desenho organizacional.
- 30 O Balanced Scorecard (BSC) tem características de um sistema de mensuração de desempenho de uma instituição, constituindo-se, para as funções administrativas de planejamento, direção e controle, uma ferramenta
- (A) diferenciadora.
(B) segmentadora.
(C) controladora.
(D) integradora.
(E) mantenedora.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 31 É importante citar que não há nenhuma instituição que não tenha estratégia, pode ocorrer de não estar formalizada, mas sempre existe uma, certa ou errada, coerente ou não, mas existe. Quando uma instituição estabelece uma estratégia, ela está escolhendo o seu caráter, formando a sua imagem institucional, estabelecendo uma individualidade organizacional e definindo o(a) seu(sua)
- (A) estrutura organizacional.
 - (B) metodologia a ser trabalhada.
 - (C) processo informal a ser seguido.
 - (D) tática a ser explorada.
 - (E) papel no mercado.
- 32 A Estratégia expressa como uma organização emprega seus pontos fortes e seus pontos fracos com a finalidade de alcançar seus objetivos, sem deixar de considerar as oportunidades e ameaças que o meio ambiente lhe impõe. A partir do momento em que é descrita a situação atual de um problema, começa a definição de estratégias que caminham vigilantes até a situação desejada. Em todos os instantes, há uma concentração para que as forças de desenvolvimento superem as de deterioração. Nesse esforço constante, está a presença de uma competente
- (A) ação gerencial.
 - (B) estrutura organizacional.
 - (C) análise de cargos.
 - (D) chefia de divisão.
 - (E) política de supervisão.
- 33 A Gestão da Competência veio para introduzir novos conceitos que flexibilizem a Gestão de Pessoas, adaptando-a às necessidades da instituição, levando em conta os recursos disponíveis e seu potencial para enfrentar as mudanças. O uso da abordagem da competência no setor público requer verdadeira transformação nas instituições desse setor. Contudo essas transformações implicam não somente mudanças tecnológicas mas principalmente mudanças
- (A) ambientais.
 - (B) teleológicas.
 - (C) processuais.
 - (D) comportamentais.
 - (E) operacionais.
- 34 A Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece no Capítulo III – Dos Conceitos, Art 5º, inciso I, “que o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade”, denomina-se
- (A) cargo.
 - (B) nível de classificação.
 - (C) ambiente organizacional.
 - (D) plano de carreira.
 - (E) nível de capacitação.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 35 O decreto nº 6.932/2009, estabelece em seu Artigo 1º as diretrizes nas relações entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e com o cidadão. Essas diretrizes são apresentadas nos itens I a VIII e se relacionam com compartilhamento de informações, atuação integrada e sistêmica, racionalização de métodos e procedimentos de eliminação de formalidades, aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão, utilização de linguagem simples e articulação com Estados, Distrito Federal e Municípios e outros poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação do atendimento público prestado ao cidadão. Todo esse conteúdo vem reforçar os elos que levam eficiência, eficácia e efetividade ao atendimento público, imprimindo-lhe um(a)
- (A) poder hierárquico.
 - (B) característica de burocracia.
 - (C) grau de complexidade.
 - (D) visão sistêmica.
 - (E) fluxo de autoridade descendente.
- 36 A Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação, determina, em seu Artigo 6º, que cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a
- I gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
 - II gestão integrada das unidades de informação para que os níveis de acesso não sejam interrompidos.
 - III proteção ao usuário portador de informação sigilosa para que não seja prejudicado o processo de acareação.
 - IV proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
 - V proteção da informação a partir do momento em que ela perder sua característica de dado e avançar para conhecimento.
 - VI proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, III e VI, apenas.
 - (B) II, V e VI, apenas.
 - (C) III, IV e VI, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, IV e VI, apenas.
- 37 O Decreto nº 5.450 /2005, que regulamenta o pregão, na sua forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns, estabelece em seu Art 2º que o “pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância, em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.” No parágrafo 1º do Art 2º, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações
- (A) usuais do mercado.
 - (B) técnicas especializadas.
 - (C) estabelecidas por normas do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET.
 - (D) credenciadas pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
 - (E) credenciadas pelo Sistema de Serviços Gerais – SISG.
- 38 De acordo ainda com o Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na sua forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e com seu no Artigo 5º, a licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e
- (A) sazonalidade.
 - (B) adaptabilidade.
 - (C) vulnerabilidade.
 - (D) proporcionalidade.
 - (E) equifinalidade.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 39 A Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, estabelece no Artigo 28º “que a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens”, denomina-se
- (A) recondução.
 - (B) remoção.
 - (C) redistribuição.
 - (D) substituição.
 - (E) reintegração.
- 40 O Decreto nº 5.707/1990, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece no Artigo 2º, inciso I, “que o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais”, denomina-se
- (A) capacitação.
 - (B) gestão por competência.
 - (C) eventos de capacitação.
 - (D) habilidades essenciais.
 - (E) treinamento no trabalho.

REDAÇÃO

Texto complementar

DIFERENÇA ENTRE MORAL E ÉTICA

Moral – A Moral se refere às normas e leis que regem uma sociedade. Ela muda de local para local, de época para época e de cultura para cultura, de forma que se casar com mais de uma mulher no Brasil vai contra a legislação, logo vai contra as normas e leis da sociedade brasileira, sendo, assim, imoral. Mas em países árabes, por exemplo, a poligamia é permitida e exercida, lá isso é algo moral. Na sociedade urbana é imoral andar nu, é um atentado ao pudor, previsto por lei, mas numa sociedade de índios (principalmente se estes não tiveram contato com o homem urbano, o que já é muito difícil hoje em dia) é algo natural, é moral.

Ética – A Ética se refere ao meu comportamento em relação com o outro, se o que eu faço é bom tanto para mim quanto para o outro estou sendo ético. Um exemplo prático do dia a dia onde a maioria se comporta de maneira antiética: Se você encontra uma carteira na rua, vê que ela tem identificações e até endereço do dono, por ética deveria ir até o endereço e devolver a carteira, certo? Mas fazemos mesmo isso? A maioria das pessoas ficaria com a carteira mesmo assim, e ainda se livraria dos documentos e de qualquer coisa que provasse que a carteira não era sua. Isso é uma postura antiética.

Agora você vê a diferença? Ética e Moral andam muito juntas (ou deveriam andar), mas uma coisa pode ser ética, mas não moral, e vice-versa. As legislações tentam, mesmo que não conseguindo sempre, normatizar conceitos éticos. Estes estão firmados no caráter humano, de forma que o homem sabe o que é ético, mesmo optando por não realizá-lo.

(<https://rafaeldecastrorig.wordpress.com/2010/08/12/etica-e-moral-voce-sabe-a-diferenca/>)

O quadro político-social brasileiro mostra consequências do enfraquecimento dos princípios de conduta ética/moral na vida política (corrupção, escândalos políticos, subjugação dos interesses coletivos pelos individuais) que se refletem, naturalmente, na vida da sociedade (violência, criminalidade, exclusão social). Diante desse estado de coisas, os cidadãos têm sido levados a concluir que “sempre foi assim, nada pode fazer isso mudar...”.

Considerando as ideias do texto “As sociedades Pós-moralistas”, poderíamos pensar que o Brasil vai se tornando uma sociedade desse tipo e, então, nos perguntarmos: O que está na origem desse processo de debilitação do País? Qual seria um caminho possível (ou caminhos possíveis) para construir uma nação marcada pela consciência ética e retidão moral?

Escreva um texto, em prosa, em que você responda a esses questionamentos, atendendo aos critérios de coesão, coerência, consistência argumentativa, adequação da escrita.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Tema:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	